

Artigo Original

Percepção de mães sobre as ocupações infantis durante o período de distanciamento social em razão da pandemia de COVID-19

Mothers' perception of child occupations during the social distancing period caused by the COVID-19 pandemic

Ana Claudia Moron Betti^a , Débora Ribeiro da Silva Campos Folha^b ,
Patrícia Carla de Souza Della Barba^a 

^aUniversidade Federal de São Carlos – UFSCar, São Carlos, Brasil.

^bUniversidade do Estado do Pará – UEPA, Belém, Brasil.

Como citar: Betti, A. C. M., Folha, D. R. S. C., & Della Barba, P. C. S. (2023). Percepção de mães sobre as ocupações infantis durante o período de distanciamento social em razão da pandemia de COVID-19. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 31, e3148. <https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoAO249031481>

Resumo

A pandemia da COVID-19, com as medidas de distanciamento físico e seus desdobramentos nas ocupações de adultos e crianças, motivou esta investigação, que teve como objetivo analisar, sob a perspectiva de familiares, a influência do distanciamento social na participação de crianças de 4 a 6 anos em suas ocupações, bem como identificar os recursos disponíveis e utilizados pelas famílias para promover a participação nesse contexto. Este é um estudo quantitativo, descritivo e exploratório. Os dados foram coletados por meio de questionário online, via *GoogleForms*, divulgado em redes sociais e *sites* de notícias. Obteve-se um total de 330 respostas, sendo a maioria das respondentes mães, da região Sudeste, pós-graduadas e com renda familiar predominantemente acima de seis salários mínimos. Sobre as crianças, a maioria era branca e sem deficiência. Dentre as mudanças percebidas nas ocupações, destacou-se conquistas na comunicação, maior independência e participação em tarefas domésticas e familiares, uso excessivo de eletrônicos, tédio e brincar mais elaborado, dificuldade dos adultos em acompanhar as crianças e fortalecimento de vínculos familiares. A família foi citada como a principal fonte de apoio e o professor como fonte de informação para as famílias. Sugere-se estudos com maior diversidade amostral.

Palavras-chave: Infecções por Coronavírus, Isolamento Social, Criança, Desenvolvimento Infantil, Terapia Ocupacional.

Abstract

The COVID-19 pandemic, with physical distancing measures and its consequences for occupations of adults and children, motivated this investigation, which aimed to analyze,

Recebido em Fev. 2, 2022; 1ª Revisão em Fev. 19, 2022; Aceito em Fev. 8, 2023.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (*Open Access*) sob a licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

from the perspective of family members, the influence of social distancing on the participation of 4 to 6-year-olds in their occupations, as well as identifying the resources available and used by families to promote participation in this context. This is a quantitative, descriptive and exploratory study. Data were collected through an online questionnaire, via Google Forms, published on social networks and news sites. A total of 330 responses were obtained, with the majority of respondents being mothers, from the Southeast region, post-graduated and with family income predominantly above six minimum wages. About the children, the majority were white and with no disabilities. Among the changes perceived in occupations, achievements in communication, greater independence and participation in household and family tasks, excessive use of electronics, boredom and more elaborate play, difficulty for adults to accompany children, and strengthening of family ties, stood out. The family was mentioned as the main source of support and the teacher as a source of information for the families. Studies with greater sample diversity are suggested.

Keywords: Coronavirus Infections, Social Isolation, Child, Child Development, Occupational Therapy.

Introdução

As ocupações, compreendidas como atividades humanas, cotidianas, realizadas de forma individual, em família ou comunidade, possuem propósitos e significados diferentes para cada um e expressam identidade, pertencimento e desejos (American Occupational Therapy Association, 2020; Folha & Della Barba, 2020; Rodger & Ziviani, 2006). Magalhães (2013) explica que participar ou não de ocupações significativas é determinante no bem-estar das pessoas e ampliar suas oportunidades ocupacionais torna-se o principal desafio da terapia ocupacional no mundo contemporâneo (Magalhães, 2013).

No campo da infância, Mandich & Rodger (2006) consideram que participar de ocupações é fundamental para o desenvolvimento saudável de todas as crianças e que o contexto e os papéis ocupacionais vivenciados (criança que brinca, que estuda, que se relaciona) permitem que elas desenvolvam sua identidade, sintam-se (e tornem-se) produtivas e pertencentes.

A infância, pela perspectiva ocupacional, representa o olhar diferenciado que somente o terapeuta ocupacional pode lançar à criança e postula considerar as relações entre o desenvolvimento infantil e a participação em ocupações desempenhadas por elas e suas famílias, compreendendo o desenvolvimento ocupacional enquanto resultado da interação entre a criança, suas ocupações e o ambiente onde vive (Folha & Della Barba, 2021).

Recentemente, vivenciamos mudanças intensas relacionadas ao desempenho das ocupações de crianças e adultos (Rodger & Ziviani, 2006). A pandemia da COVID-19, doença infecciosa e de rápida propagação, mobilizou o mundo, de forma geral, a minimizar os riscos e impactos em todos os setores. As medidas de distanciamento físico e social foram tomadas a fim de reduzir o contato, prevenir a transmissão e preparar os sistemas de saúde para ofertar tratamento (Organização Pan-Americana da Saúde, 2021; World Health Organization, 2020a; World Health Organization, 2020b).

O termo “distanciamento” foi estabelecido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) (World Health Organization, 2020b) como separação física, ação geral que

todas as pessoas devem realizar, mesmo que estejam bem e não tenham tido exposição conhecida ao coronavírus, como forma de evitar a propagação da doença. A Associação Brasileira de Saúde Coletiva (2020), seguindo recomendações da OMS, do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e da União Europeia, sugerem o uso da expressão “distanciamento físico”, enfatizando que as conexões sociais e afetivas são essenciais para superar os impactos negativos sobre a saúde mental coletiva (Associação Brasileira de Saúde Coletiva, 2020). Silva Júnior (2020) sugere a substituição do termo “distanciamento social” por “distanciamento físico”, lembrando que os contatos sociais e as redes de suporte são cada vez mais necessários e que os avanços tecnológicos e da Internet possibilitam o contato social à distância (Silva Júnior, 2020).

Ainda que com tais recomendações, a maior parte dos documentos e pesquisas até a conclusão deste estudo apresentavam, com maior frequência, o termo “distanciamento social”. Dessa forma, optamos por utilizar “distanciamento social” no texto e nos instrumentos de coleta de dados a fim de garantir a compreensão de todos.

As evidências sobre os efeitos dessas medidas vêm sendo desenvolvidas a fim de nortear ações coletivas, no âmbito do poder público, e apoiar as rotinas familiares (Bakrania et al., 2020; Linhares & Enumo, 2020; Prem et al., 2020; Rits et al., 2020; Shonkoff, 2020). Estudos mostraram que tanto os efeitos imediatos, quanto os de longo prazo desse distanciamento não serão distribuídos uniformemente, pois podem reforçar estigmas e discriminação, especialmente para populações socialmente vulneráveis (Bakrania et al., 2020; Center on Developing Child, 2020; United Nations International Children’s Emergency Fund, 2020; World Health Organization, 2020b; Shonkoff, 2020).

Para a primeira infância, a interrupção dos serviços de educação, lazer, e assistência esteve relacionada ao agravamento de riscos de má nutrição, maus-tratos e exposição à violência em casa que, acumulados à disparidade de crianças que vivem na pobreza, com deficiência e/ou em risco de trabalho infantil, potencializam novas vulnerabilidades (Organisation for Economic Co-Operation and Development, 2020; Shonkoff, 2020).

Assim, impulsionou-se as motivações para este estudo, que teve como objetivo analisar, sob a perspectiva de familiares, a influência do distanciamento social na participação de crianças de 4 a 6 anos em suas ocupações e rotinas, bem como identificar os recursos disponíveis e utilizados pelas famílias para apoiar e promover a participação nesse contexto.

Método

Este é um estudo quantitativo, descritivo e exploratório.

A partir de discussões realizadas em grupo de pesquisa e pesquisas anteriores que investigaram as ocupações infantis e os contextos nos quais se desenvolvem, propôs-se a elaboração de um questionário, a ser respondido virtualmente por adultos responsáveis por crianças de 4 a 6 anos, abordando suas percepções em relação aos principais desafios, avanços e estratégias para o envolvimento de crianças em ocupações durante o período de distanciamento social.

A elaboração do questionário teve como referencial de base a Teoria do Desenvolvimento Ocupacional (Davis & Polatajko, 2006) da criança e sua participação em ocupações e rotinas durante o distanciamento social na pandemia descritos nas ocupações pela Associação de Terapia Ocupacional Americana (AOTA) (American Occupational Therapy Association,

2020) e nas rotinas descritas na Medida de Engajamento, Independência e Relações Sociais (MEISR) (McWilliam & Younggren, 2019).

O roteiro passou pela apreciação de juízes, conforme recomendado por Manzini (2020). A escolha desses juízes considerou sua experiência na elaboração de roteiros e na afinidade com o tema investigado (Manzini, 2020). Dessa forma, foram convidadas quatro mães de crianças: uma professora universitária da área do Direito; uma fonoaudióloga do serviço público de um município do interior do Estado de São Paulo e atuante no apoio educacional a escolas públicas; duas terapeutas ocupacionais, uma delas doutora em terapia ocupacional e docente de graduação em terapia ocupacional e uma doutoranda, ambas integrantes do grupo de pesquisa.

As juízas foram convidadas a avaliar a linguagem utilizada, clareza, sequência e forma das perguntas, assim com a necessidade de alteração, inserção ou retirada de itens. Foram sinalizados erros de ortografia e digitação, inserção de situações com as quais elas se identificavam e exclusão da divisão entre mudanças “positivas” e “negativas”, levando-se em conta, por exemplo, que “aumento do uso de eletrônicos” poderia ser compreendido como desafio, ganho ou, ainda, de forma neutra. A versão final do questionário, que levava em média 10 minutos para ser respondido, continha com 48 questões organizadas em 18 sessões, da seguinte forma:

Apresentação - texto informativo sobre o tema, objetivos e justificativa da pesquisa;

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) - incluindo *link* para texto completo e assinado pela pesquisadora para *download*. O termo foi disponibilizado como forma de garantir que o participante tivesse acesso ao documento assinado pela pesquisadora pois, por se tratarem de respostas anônimas, não poderiam ser enviadas por endereço eletrônico;

Informações sobre a família - questões de múltipla escolha abordando local de residência, composição familiar e condições socioeconômicas e de moradia;

Informações sobre a criança - questões de múltipla escolha abordando idade, gênero, raça e etnia, deficiência e realização das atividades escolares;

Impactos gerais sobre as ocupações - escala linear na qual o respondente quantificava as mudanças, para cada ocupação, entre as opções: “muitos ganhos”, “alguns ganhos”, “não observei impactos”, “alguns desafios”, “muitos desafios”.

Seções de sobre as ocupações: Sono, Alimentação, Higiene, Uso de roupas, Uso do banheiro, Brincar, Convivência e Interação Social, Comunicação (compreensão e expressão), Realização de Atividades Escolares, Emoções e Comportamentos, por meio de questões de múltipla escolha nas quais o respondente poderia marcar quantas situações com as quais se identificasse (ex.: melhora na qualidade do sono).

Seção sobre estratégias, apoio emocional e fonte de informações - questões de múltipla escolha com a opção “outros”, na qual o respondente poderia identificar sua rede de apoio e estratégias.

Perguntas abertas - foram elaboradas duas perguntas abertas, com campo de texto, como forma de garantir espaço para trazer questões que não houvessem sido abordadas no questionário, complementando as questões de múltipla escolha.

“Em sua avaliação, de modo geral, como este momento atual interferiu na participação da sua criança nas ocupações?” - resposta obrigatória

“Comente aqui algo que você considere importante que não tenha sido abordado sobre os desafios e possibilidades vividos por vocês neste momento.” - resposta optativa;

Fechamento - agradecimento pela participação e divulgação do contato da pesquisadora.

A coleta de dados aconteceu entre 02 de agosto e 19 de setembro de 2020 e a divulgação se deu via Inforede – boletim informativo da UFSCar, notícias em jornais virtuais como o G1 e rádios do município de São Carlos. O *link* também foi enviado via *e-mail* para os Conselhos Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (CREFITO) via *WhatsApp*, *Facebook* e *Instagram*. O total de respostas obtidas foi de 330 e os dados foram analisados por estatística descritiva objetivando destacar as respostas mais frequentes com relação à amostra total.

Resultados

Caracterização das famílias (e crianças) participantes do estudo

Apresentamos os dados relacionados ao grau de parentesco da respondente com a criança, localidade, escolaridade, condições socioeconômicas e de moradia, grau de escolaridade, trabalho e composição familiar.

A maioria das respondentes eram mães (91,2%), também, na maior parte da região Sudeste (92,4%). Por esse motivo, seguiremos nos referindo à amostra no gênero feminino. Com relação à escolaridade, a maioria das respondentes possuía pós-graduação (57,9%), seguido de ensino superior completo (24,4%). Em relação ao trabalho, a maior parte estava trabalhando presencialmente (26,2%), 19,5% trabalhando em casa com a mesma exigência anterior, 15,5% trabalhando em casa com menor exigência, 14,3% trabalhando em casa com maior exigência, 10,1% não exercia atividade remunerada, 8,2% estava desempregada e 6,1% trabalhando em horários reduzidos.

Observamos que a maior parte recebia entre 6 e 12 salários mínimos (30,5%), seguido de mais de 12 salários (28%), 3 a 6 (25%), 1 a 3 (12,8%) e até 1 salário (2,4%). Sobre auxílios financeiros, 87,8% não receberam recursos do governo e, dentre as que receberam, o auxílio emergencial foi o mais referido – 10,4% das respondentes. Além disso, 70% moravam em casa própria, a maioria com 3 e 4 moradores e em 53,7% dos casos não havia outra criança na residência. Sobre a divisão de tarefas domésticas, 41,5% das respondentes recebem ajuda.

Sobre as crianças mencionadas no estudo, 52,4% era do sexo feminino e a maioria foi identificada como branca (84,5%), seguido de parda (10,4%) e negra (2,1%). A maioria das crianças (87,2%) não possuía deficiência e, dentre as que possuíam, a maior parte referiu Transtorno do Espectro do Autismo (51,1%), seguido de Deficiência Intelectual (28,9%); 98,8% das crianças estavam matriculadas em escola regular, com 73,5% na rede privada, e cerca de 90% realizavam atividades escolares no período de distanciamento social.

As principais atividades escolares desenvolvidas no período de pandemia foram tarefas enviadas pela escola (60,4%), atividades online (49,1%) e videoaulas (43%). No que se refere à permanência em casa, 99,09% das crianças chegaram a sair de casa alguma vez, predominando a frequência de mais de 20 vezes (35%). Os principais motivos foram passeio de carro (61,3%), visita a parentes (55,2%) e consulta, exame ou procedimento médico/odontológico (50,3%).

Impactos gerais sobre as ocupações

Os impactos gerais sobre as ocupações foram avaliados em uma questão inicial com escala linear (“muitos ganhos”, “alguns ganhos”, “não observei impactos”, “alguns desafios”, “muitos desafios”), seguida de questões específicas sobre as ocupações de múltipla escolha (sono, alimentação, higiene, uso de roupas, uso do banheiro, brincar, convivência e interação social, compreensão e comunicação, realização de atividades escolares, emoções e comportamentos).

A Figura 1 mostra que as ocupações que apresentaram maior percepção de “muitos ganhos” foram brincar (17,7%), compreensão e comunicação (14,3%), uso de roupas (14%) e uso do banheiro (14%). Por outro lado, nos “muitos desafios”, destaca-se a realização de atividades escolares (30,2%), convivência e interação social (25,3%) e emoções e comportamentos (24,7%). As ocupações menos sinalizadas foram uso do banheiro (55,2%) e uso de roupas (45,1%).

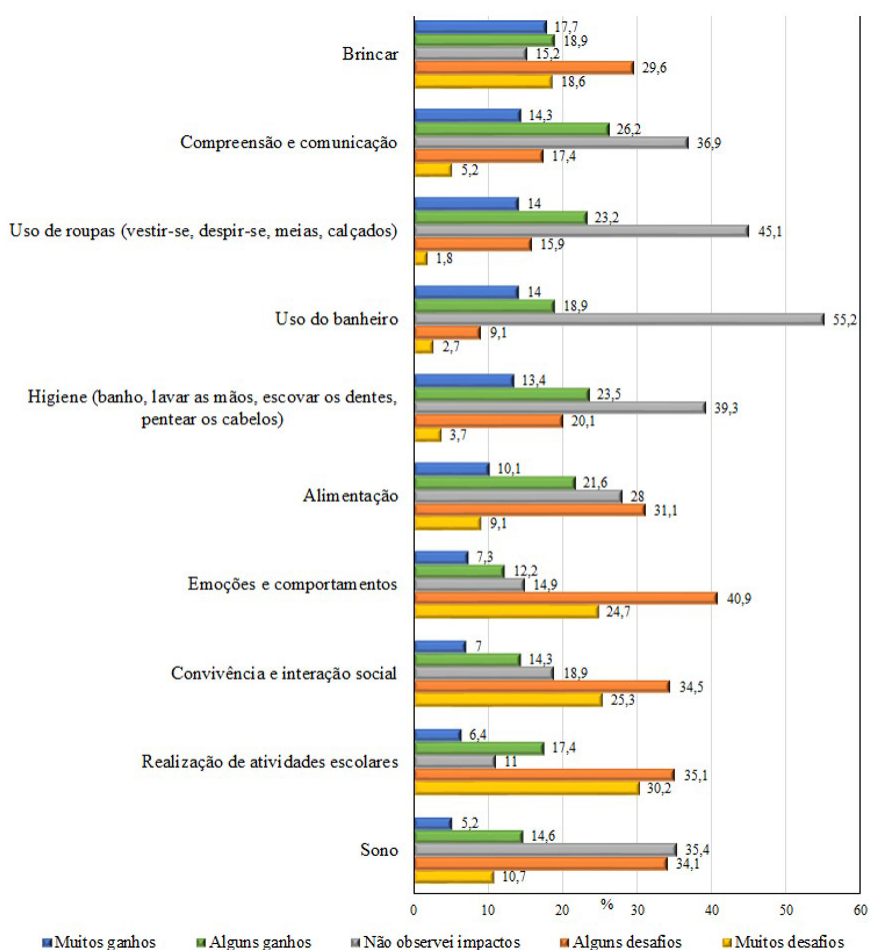


Figura 1. Impactos gerais sobre as ocupações. Fonte: Elaboração própria, 2020.

Especificando as mudanças relacionadas a cada rotina, encontramos que as mudanças relacionadas ao brincar foram as mais indicadas como “muitos ganhos” (17,7%), seguido

de elevados indicadores relacionados a “alguns ganhos” e “alguns desafios”. Especificando essas mudanças, a Figura 2 aponta o uso excessivo de eletrônicos (56,7%), crianças entediadas com muita frequência (48,5%), brincadeira de faz de conta mais elaborada (41,2%), maior agitação (35,7%), adultos com dificuldades para brincar com as crianças (30,8%) e crianças explorando e criando mais possibilidades na brincadeira (30,2%).



Figura 2. Mudanças relacionadas ao brincar. Fonte: Elaboração própria, 2020.

No que se refere à compreensão e comunicação, as principais mudanças relacionaram-se ao fato de a criança fazer mais perguntas sobre o que vê e ouve (52,1%), falar mais sobre sentimentos (35,1%), apresentar maior intenção de se comunicar e iniciar conversas (35,1%), aumentar do número de palavras usadas (33,8%) e manter diálogos mais longos (31,4%).

Sobre o uso de roupas, a opção destacada foi a independência para vestir-se (22,3%), aprender a despir-se (21,6%) e tentar vestir-se sozinha (18%).

Sobre o uso do banheiro, destacou-se o aprendizado de limpar-se sozinha (17,1%), sendo que os demais itens apresentaram frequências abaixo de aproximadamente 10% e 58,8% não encontraram mudanças sobre o tema.

Com relação à higiene, ressaltamos as percepções de maior independência para lavar as mãos (30,8%), mudanças de rotina nos horários do banho e escovação dos dentes (26,5%), maior atenção aos cuidados com a própria higiene (25,9%), maior independência no banho (25,9%) e na escovação dos dentes (24,1%).

Na Figura 3, destacamos que as principais mudanças na alimentação estiveram relacionadas ao fato da criança pedir alimentos menos saudáveis (42,4%), participar no preparo dos alimentos ou refeições (35,1%), comer assistindo à televisão ou usando celular/tablet (33,8%), participar das refeições em família (29,6%) e apresentar excesso de apetite (27,4%).

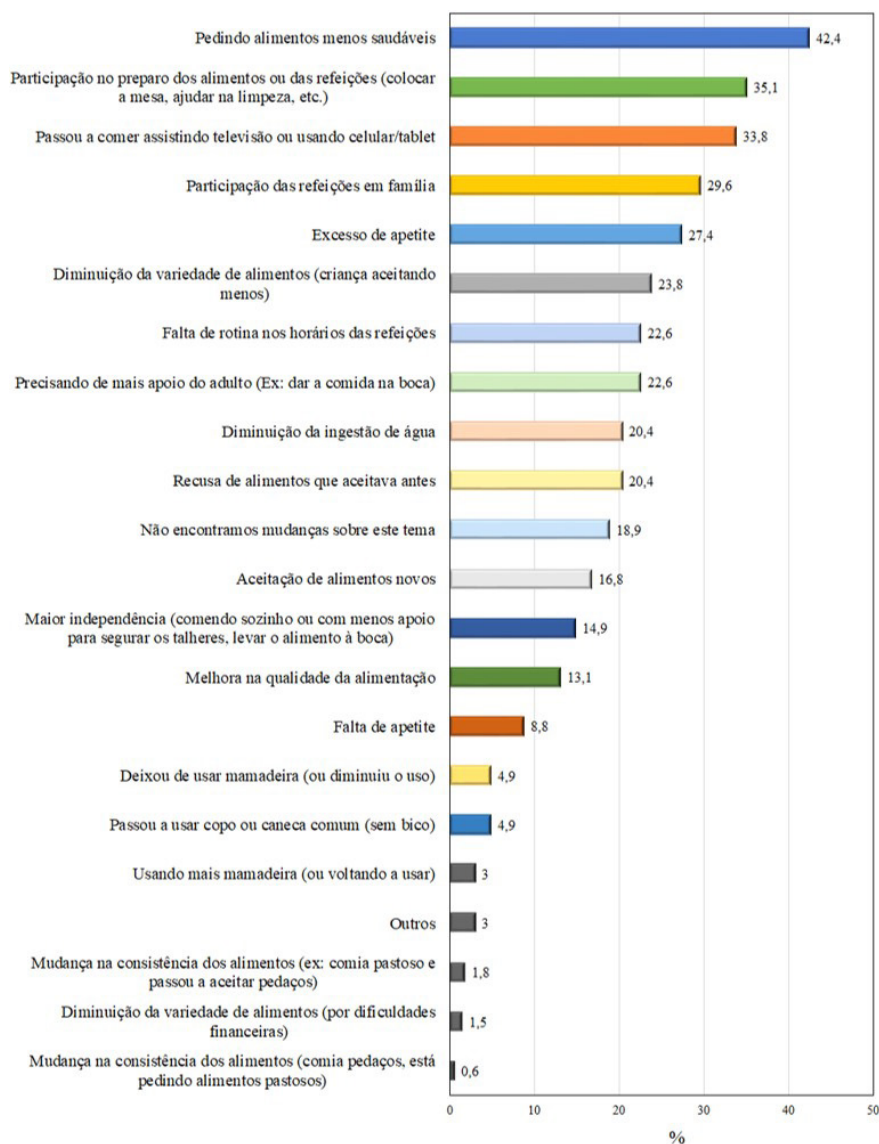


Figura 3. Mudanças relacionadas à alimentação. Fonte: Elaboração própria, 2020.

As principais mudanças relacionadas às emoções e comportamentos foram ansiedade (54,9%), dificuldade em esperar por algo (54%), agitação (49,1%), dificuldade em lidar

com frustrações (44,2%), dificuldade em aceitar regras e limites (43,3%), birra (32,3%), medo (29,9%) e dificuldade em acalmar-se (25,6%), como mostrado na Figura 4.

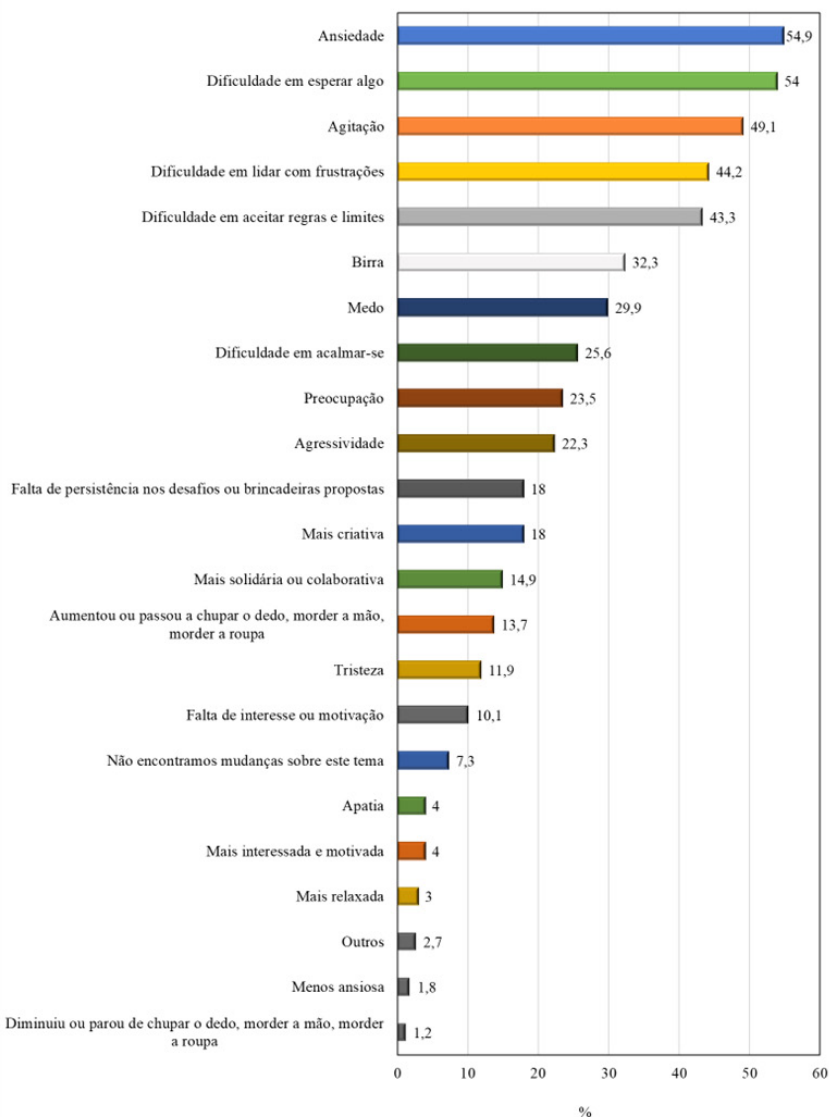


Figura 4. Mudanças relacionadas às emoções e comportamentos. Fonte: Elaboração própria, 2020.

Quanto aos adultos, verificamos que os principais desafios relacionados às emoções foram ter paciência (64,6%), manter-se calmo (57%), ansiedade (54%), manter regras e limites (50,9%) e não ceder ou manejar comportamentos de birra (34,1%).

Para convivência e interação social, houve destaque para sentimento de ausência de familiares ou pessoas com quem convivia (66,5%) – com frequência bem acima dos demais, maior busca da criança por interação com adultos (44,8%), maior tempo e oportunidade para momentos em família (34,5%), dificuldade em fazer tarefas (30,5%) e maior busca da criança por interação com outras crianças (29,4%).

Quanto às atividades escolares (Figura 5), observamos a falta de motivação ou interesse da criança (56,4%), seguido da dificuldade em manter a atenção (54,9%), fortalecimento de vínculos familiares (39%), envolvimento dos adultos nas atividades (35,7%), falta de tempo dos adultos para acompanhar as crianças nas tarefas (29,3%) e ganho em habilidades de conhecimento (26,8%). Apontou-se ainda maior percepção dos pais sobre as habilidades das crianças (18%).

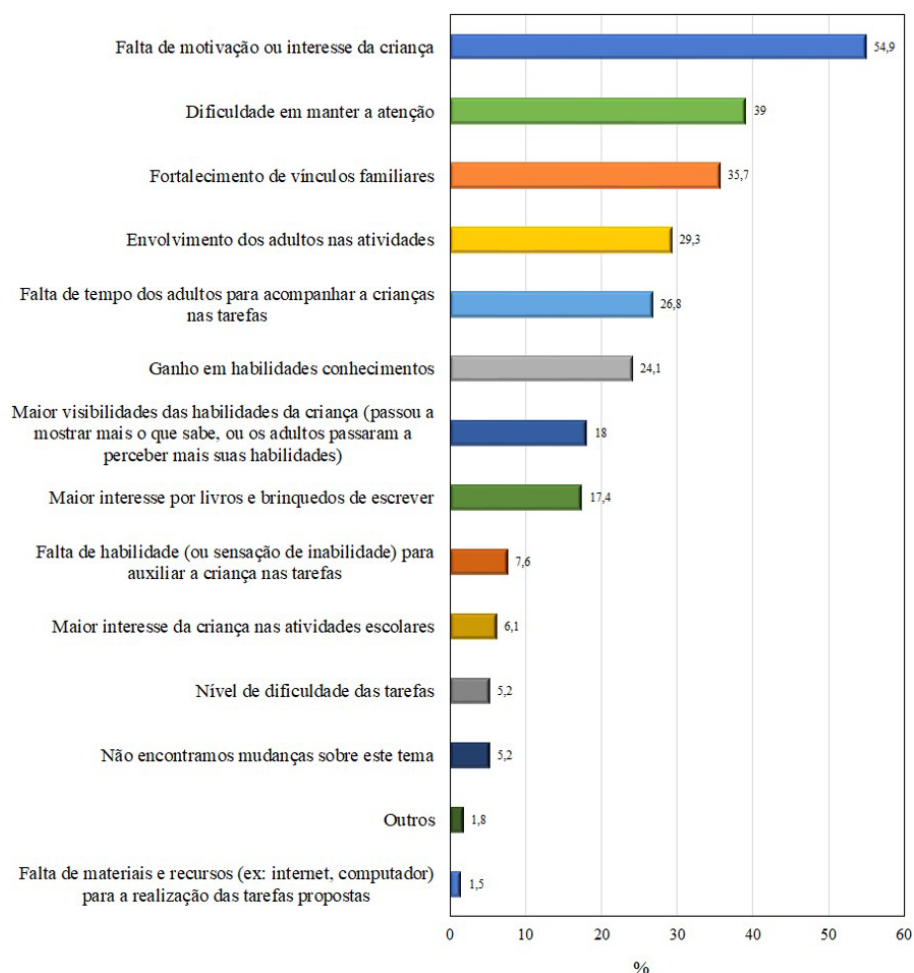


Figura 5. Mudanças relacionadas à realização de atividades escolares. Fonte: Elaboração própria, 2020.

Por outro lado, vimos que os principais desafios dos adultos ou do ambiente na realização de atividades escolares foram a falta de tempo para acompanhar as crianças nas tarefas (45,4%) e a falta de habilidade (ou sensação de inabilidade) para auxiliar as crianças nas tarefas (31,4%). Ponderamos que cerca de 30% das respondentes não sentiram que houve desafios quanto ao tema.

Encontramos ainda que as principais alterações relacionadas ao sono foram grandes mudanças de horário (42,1%), falta de sono (19,8%) e sono agitado (19,5%); 28,7% das respondentes não encontraram mudanças sobre este tema.

Observamos que os adultos se identificaram com grande parte das estratégias apresentadas para enfrentar os desafios relacionados às ocupações no período de quarentena, sendo que as principais incluíram incentivar a criança a ser mais independente (73,2%), oportunizar a participação delas em tarefas de cuidado com a casa (67,1%), tentar manter uma rotina com horários de sono, refeições e brincadeiras (66,8%) e flexibilizar o uso de eletrônicos (permitir maior tempo de uso), com cerca de 65,5% das respondentes. Por outro lado, as estratégias que os adultos menos se identificaram foram buscar e oferecer desafios adequados (30,8%), deixar a rotina livre (20,4%) e trabalhar respiração, ioga ou atividades semelhantes (14,9%).

Sobre as fontes de apoio encontradas pelas famílias, encontramos que as principais fontes de apoio emocional no momento da pandemia foram destacadamente os familiares, com 69,5% dos casos, seguido principalmente de amigos e profissionais (psicólogos, educadores e terapeutas), com 32,6 e 25,9%, respectivamente. As principais fontes de estratégias e informações foram os professores das crianças (50,6%), redes sociais (perfis profissionais, com 38,4%) e *sites* (31,7%). Nesse caso, destacamos que cerca de 13% das respondentes não buscaram informações e que televisão foi a menor fonte, com 2,1%.

Discussão

Partindo do perfil da amostra das participantes, identificamos homogeneidade relacionada a gênero, grau de parentesco com a criança, localidade, condições socioeconômicas e escolaridade. Atribuímos essa característica, principalmente, à forma de divulgação da pesquisa que, em razão do tempo escasso, foi disparada em redes sociais e mídias vinculadas a universidades e ao meio profissional (da terapia ocupacional, como os Conselhos Regionais). Geldsetzer (2020) sinalizou que os questionários online possibilitam um amplo alcance em um curto período de tempo, mas limitam-se em relação à similaridade entre os níveis socioeconômicos dos entrevistados, considerando-se a necessidade de acesso a computadores, *tablets* ou *smartphones* e à Internet.

Sabe-se que as implicações do distanciamento social dependem dos contextos de vida de cada pessoa e as características socioeconômicas, condições de moradia, acesso a recursos e rede de apoio são importantes fatores de influência (Silva & Almeida, 2020; Núcleo Ciência pela Infância, 2020; World Health Organization, 2020b; Organisation for Economic Co-Operation and Development, 2020; United Nations International Children's Emergency Fund, 2020). Enfatizamos essa informação a fim de contextualizar e reconhecer os locais de fala, levando em conta que as discussões propostas neste estudo se referem a um recorte populacional.

Sobre o grau de parentesco, na maioria mães (91,2%), refletimos sobre os papéis desempenhados por elas representados inclusive no interesse e disponibilidade para responder o questionário, bem como no domínio dos dados a serem informados, sinalizando seu protagonismo na prática do cuidado com as crianças. A desigualdade de gênero quanto à divisão do trabalho doméstico e de cuidado com os filhos, acentuada para as mulheres no confinamento familiar, além de causar prejuízos ao protagonismo profissional ou de outras ocupações significativas, advieram com o afastamento das redes de apoio, escolas, avós e cuidadoras, fundamentais à realização e manutenção das atividades de trabalho, salientando a diversidade e os privilégios relacionados a raças,

origens, classes e sexualidades das mães que viveram esse período (Insfran & Muniz, 2020; Sempre Viva Organização Feminista, 2020; Macedo, 2020).

Dell’Aglío & Machado (2020) acrescentam que a diferença de gênero que designa, social e historicamente, as tarefas domésticas e o cuidado está diretamente atravessada por marcadores de classe e raça. Elas problematizam, no contexto do distanciamento social, a necessidade de objetivar de quem e para quem se está falando, haja vista privilégios como o usufruto de serviços privados de educação, serviços de prestadores, como porteiros, diaristas e babás, dos quais muitas das respondentes desta pesquisa dispõem. Entretanto, destacam que não se trata de comparação, tampouco deslegitimação dos enfrentamentos, mas do reconhecimento que “trabalhar em casa” enquanto se cuida de crianças e da casa não é uma opção para a maior parte das mulheres (Dell’Aglío & Machado, 2020).

Assim, destacamos que, mesmo que o recorte populacional alcançado por este estudo tenha sido de mães, em sua maioria com graduação e pós-graduação e renda superior a 6 salários mínimos, traz conteúdos de sobrecargas e desafios característicos da maternidade no cenário brasileiro.

Considerando o perfil das famílias, seus enfrentamentos e possibilidades, partimos para uma análise do significado e valor atribuído às ocupações e da importância dada ao envolvimento das crianças em ocupações familiares.

Retomando a noção de que as ocupações infantis são ações intencionais que as crianças realizam no curso de seu desenvolvimento, sabemos que envolver-se em ocupações com a família, amigos ou outras pessoas, constitui esse repertório, que permitirá o desenvolvimento de seus papéis enquanto crianças que brincam, estudam, relacionam-se com outras pessoas e cuidam de si mesmas (Mandich & Rodger, 2006).

A American Occupational Therapy Association (2020) soma a essa discussão o conceito de co-ocupações, entendidas como as ocupações que precisam ser compartilhadas para serem realizadas. Essa definição inclui as ocupações de cuidado, tanto de quem oferece, quanto de quem recebe, como exemplo, as rotinas interativas de comer, alimentar, dar conforto e outros fazeres recíprocos e interativos.

O estudo etnográfico de Lawlor (2003) identificou que o envolvimento das crianças em ocupações pode acontecer com base em três vieses: o “fazer”, o “fazer com” e o “fazer algo com alguém”. No que se refere aos significados atribuídos às ocupações realizadas, o “fazer algo com alguém” foi identificado como o mais representativo e o que mais seria capaz de caracterizar as ocupações infantis, repercutindo na motivação para o fazer e no envolvimento e participação na ocupação.

Assim, tendo em vista que os adultos que convivem com as crianças possuem significativa influência na determinação de suas ocupações, destacamos a importância de discutir as mudanças nas ocupações e rotinas das crianças a partir de sua estreita relação com seus ambientes e agentes de cuidado.

No desempenho de diversas co-ocupações realizadas entre as mães participantes deste estudo e suas crianças, observou-se que os maiores desafios dos adultos incluíam ter paciência, manter-se calmo, ansiedade, manter regras e limites e não ceder ou manejar comportamentos de birra. Para as crianças, as mudanças nas emoções e comportamentos foram destaque nas pontuações gerais (Figura 1) de “muitos desafios” e de “alguns desafios”. Na seção sobre esse tema (Figura 4), especificou-se ansiedade, dificuldade em esperar por algo, agitação, dificuldade em lidar com frustrações, dificuldade em aceitar regras e limites, birra, medo e dificuldade em acalmar-se.

Esses resultados mostram que, ainda que com as mudanças nas rotinas, possibilidades de ocupações reduzidas e desafios relacionados às emoções e à saúde mental, também foram identificadas oportunidades de participação e qualidade nas interações, principalmente a participação das crianças nas tarefas e atividades domésticas e o fortalecimento dos vínculos familiares. A família também foi destacada como principal fonte de suporte emocional nesse contexto.

Para essa discussão, retomamos a relação entre a família e o desenvolvimento ocupacional estabelecida por Darlington & Rodger (2006), na qual se reconhece a importância central dos rituais, rotinas e crenças familiares e que nenhuma pessoa é capaz de existir de forma independente.

Portanto, as famílias, à medida que oferecem oportunidades de participação para as crianças a partir dos vínculos, papéis e rotinas que desempenham, também oferecem suporte emocional e motivação para o desenvolvimento de seus membros (Darlington & Rodger, 2006). Por outro lado, a participação de crianças nas ocupações beneficia seu desenvolvimento físico, cognitivo, social e afetivo e influencia a saúde e o bem-estar da família como um todo (Dunford & Bannigan, 2011; Mandich & Rodger, 2006). Isso demonstra tanto a importância, quanto a necessidade de as crianças serem providas de ambientes e familiares promotores da participação, ou seja, que proporcionem essas oportunidades de envolvimento em ocupações no âmbito da rotina familiar. Também nos mostra que o fortalecimento de vínculos familiares e a ampliação e fortalecimento dos suportes informais podem ser valiosas estratégias de enfrentamento em momentos de crise (Dell’Aglia & Machado, 2020). Vale ressaltar aqui a responsabilidade do poder público pela oferta de medidas de proteção social, acesso aos cuidados de saúde, nutrição e provisão de suporte às famílias para que cuidem e protejam suas crianças (Center on Developing Child, 2020; Shonkoff, 2020; United Nations International Children’s Emergency Fund, 2020).

Ainda sobre as rotinas familiares e oportunidades de participação nas ocupações, destacamos os dados sobre o aumento da participação nas refeições em família, no preparo das refeições, no brincar, na compreensão e comunicação, na higiene e no uso de roupas e do banheiro – muitos deles relacionados à independência da criança. Lembramos que “incentivar a criança a ser mais independente” foi um item destacado como estratégia para o enfrentamento dos desafios e que a oferta de oportunidades e o incentivo à participação nas ocupações estão relacionados à compreensão das famílias sobre a competência das crianças e suas preferências e hábitos, mas também são influenciados por fatores socioeconômicos (DeGrace, 2003; Dunst et al., 2009; Law et al., 2006; Mulligan, 2012; Shepherd, 2012).

Retomando os apontamentos de Mulligan (2012), o brincar — ocupação central na infância — começa a ser desempenhado de forma mais compartilhada e elaborada nesta idade em razão do desenvolvimento de habilidades específicas. Entretanto, a percepção e disponibilidade de cada família sobre essa ocupação influenciará a forma como apoiam esse brincar (Mulligan, 2012; Graham et al., 2014).

As respostas sobre o brincar mostraram brincadeiras de faz de conta mais elaboradas e maior exploração e possibilidades, que podem estar sob influência do aumento do tempo em casa e do fortalecimento de vínculos familiares, repercutindo tanto na percepção, quanto na disponibilidade dos adultos, ainda que reconhecendo os desafios desse período.

O uso de eletrônicos foi apontado como excessivo quando relacionado ao brincar, mas sua flexibilização (permitir que a criança os use por mais tempos) foi apontada como estratégia de enfrentamento para os momentos de dificuldade, o que nos impulsiona a

discutir sobre a preocupação dos adultos em relação a esse tema. Salientamos que, para Winther & Byrne (2020), o uso das tecnologias não é necessariamente prejudicial e, quando supervisionado pelos pais e equilibrado durante as rotinas diárias, pode consistir uma estratégia de bem-estar e desenvolvimento para as crianças. Sugerem que, principalmente nos momentos de maiores tensões e desafios, possamos desonerar os adultos das preocupações com as normas de tempo de tela e voltar as atenções muito mais para cuidados com o conteúdo e a qualidade das experiências que as telas podem promover quando supervisionadas e compartilhadas com a família.

Os resultados nos mostraram as rotinas identificadas como estruturantes para o desenvolvimento das ocupações, participação das crianças e bem-estar das famílias. Todavia, quando instáveis ou esvaziadas de significado e propósito, foram prejudiciais à organização, bem-estar e oferta de oportunidades. Corroborando essas percepções, identificou-se enquanto estratégias a manutenção (ou tentativa) de rotina com horários de sono, refeições e brincadeiras.

As rotinas oferecidas pelas famílias são fundamentais para promover o desenvolvimento das crianças, porque oferecem oportunidades de aprendizagem para aquisição e refinamento de habilidades. A sincronia de ritmos dessas rotinas familiares, com padrões de atividade, promove o equilíbrio ocupacional e mudanças ocasionadas por eventos intencionais ou não (mudanças de turno de trabalho ou nascimento de uma criança) podem impactar os ciclos circadianos de sono-vigília e os ciclos sociais, podendo desencadear prejuízos à saúde (Hughes-Scholes & Gavidia-Payne, 2016; Ziviani et al., 2006).

Maximino & Tedesco (2016) apontam que o desenvolvimento de rotinas consiste no equilíbrio entre exigências externas, como horários de trabalho, e internas, associadas às percepções, crenças e desejos. Essas autoras afirmam que, comumente, assumimos mudanças nas rotinas baseadas em motivações afetivas, como por um relacionamento afetivo ou mudanças no trabalho, podendo desencadear em sentimentos como alegria e/ou desespero, cansaço e/ou energia (Maximino & Tedesco, 2016).

Sobre as exigências externas, elas problematizam que as rotinas impostas e prescritas podem gerar sofrimento e distanciamento da própria capacidade de reconhecer seus desejos e necessidades (Maximino & Tedesco, 2016).

Na perspectiva da pandemia, podemos associar a imposição externa das mudanças de rotinas oriundas do distanciamento social com as estratégias para o estabelecimento de rotinas saudáveis que surgiram (e surgem) como estruturas e metas a serem cumpridas, atravessando a subjetividade, desejos, necessidades e possibilidades de cada pessoa, desencadeando até mesmo culpa por quem, por tantos motivos, não alcança determinada organização/estrutura.

Voltando a Maximino & Tedesco (2016), que reforçam a importância de uma percepção ampliada dos terapeutas ocupacionais na investigação e valorização de diferentes formas de organizações das pessoas em suas rotinas diárias, reconhecemos a necessidade de identificar oportunidades para novas experiências e formas de agir que superem a lógica da reprodução, alcançando a construção pessoal e subjetiva e o fazer compartilhado.

Estando a maioria das crianças matriculadas em escola regular (98,8%), do tipo particular (73,5%) e cerca de 90% realizando atividades escolares no período de distanciamento social, destacamos a percepção de sua falta de motivação, interesse e atenção.

Embasados nas discussões de Folha (2019) e Mulligan (2012), reconhecemos que a participação nas ocupações infantis na escola é essencial para o crescimento e desenvolvimento

das crianças e para o desempenho de seu primeiro papel ocupacional como estudantes. Assim, podemos perceber que as ocupações escolares e o papel de estudante na fase pré-escolar impulsionam a conquista da autonomia e independência e o estabelecimento de novos vínculos e rotinas que vão além do ambiente e convívio familiar. Ressaltamos que a ocupação escolar pode estar muito mais relacionada à oportunidade de desempenhar novos papéis e não a responsabilidades exacerbadas, cobranças com conteúdo e desempenho.

Folha (2019) explica que os possíveis impactos da restrição ao acesso às atividades escolares, na aprendizagem, desenvolvimento e saúde mental das crianças, dependerão do contexto cultural, físico e social da escola, o que corrobora a ideia de que a interrupção das aulas presenciais e o distanciamento social terão impactos diferentes a depender dessas variáveis.

Nessa perspectiva, os resultados mostram que o papel ocupacional de estudante não foi desempenhado com todas as suas características, considerando a redução do contato com os pares, educadores e a participação em ocupações no ambiente escolar. Cabe discutir que, embora os adultos tenham enfrentado desafios relacionados à disponibilidade de tempo e às habilidades requeridas para acompanhar as atividades escolares, identificaram o fortalecimento de vínculos, associados às oportunidades para participar do desenvolvimento escolar de seus filhos.

Quanto à convivência e interação social, apontadas na escala linear em “muitos desafios” (34,5%) e “alguns desafios” (25,3%), destacou-se, na seção específica, o sentimento de falta de familiares ou pessoas com quem convivia (66,5%), que sugerimos ampliar para os convívios escolares.

Tunes & Prestes (2020) apontaram que as relações de convivência estabelecidas na coletividade escolar, livres e espontâneas como descritas por elas, são parte do processo de desenvolvimento cultural da criança. Assim, essas autoras questionam a necessidade do ensino remoto na pré-escola, durante a pandemia, porque uma criança com idade pré-escolar tem menor possibilidade de conversar e/ou relacionar-se com outra criança de forma livre e espontânea (Tunes & Prestes, 2020).

Martins & Almeida (2020) problematizam o uso de tecnologia como principal recurso nas novas propostas de educação, pois podem prejudicar os grupos sociais que não têm acesso e dificultar sua permanência nos estudos. Entretanto, ponderam que esses recursos já vinham sendo utilizados e ganharam força na pandemia, podendo ter repercussões favoráveis ou não (Martins & Almeida, 2020). Por outro lado, apontam que a prática do ensino remoto com enfoque no conteúdo consiste num problema anterior à pandemia e alertam que a escola deve ser um lugar absolutamente insubstituível, pautado em convivências e conversas. Essas autoras convidam os profissionais a pensar o uso das tecnologias enquanto via para potencializar debates, suporte emocional, solucionar problemas e apoiar os estudantes para lidar com mudanças. Ponderam ainda que a efetivação dessas práticas requer valorização da profissão docente e do acesso à saúde e tecnologia (Martins & Almeida, 2020).

Os professores foram identificados como principal fonte de informação sobre o desenvolvimento das crianças durante o período de distanciamento social; portanto, é fundamental que reconheçamos e valorizemos seus papéis enquanto figuras de referência, não apenas para as crianças, mas para suas famílias. Nesse sentido, também podemos acrescentar que o afastamento da escola não é sofrido apenas pela criança, mas também pela família.

Martins & Almeida (2020), ao encontro desse pensamento, enfatizam o papel do professor, que já era primordial mas foi amplificado durante a pandemia, quando demonstraram, nas invenções cotidianas e na implementação de diferentes iniciativas educacionais, exímias habilidades para manter seus processos de socialização do conhecimento (Martins & Almeida, 2020).

Considerações Finais

O objetivo deste estudo foi analisar, sob a perspectiva de responsáveis, a influência do distanciamento social na participação de crianças de 4 a 6 anos em suas ocupações e rotinas, bem como identificar os recursos disponíveis e utilizados pelas famílias para apoiar e promover a participação nesse contexto.

Os resultados mostraram uma amostra pouco heterogênea, reconhecida como limitação do estudo. No entanto, impulsionaram discussões acerca das rotinas e ocupações das crianças e famílias e da importância de as rotinas familiares proporcionarem, às crianças, oportunidades para participar em ocupações.

As mudanças de rotina, ainda que tenham cerceado algumas oportunidades de ocupações, foram identificadas como estruturantes para a participação das crianças. As famílias foram apontadas como centrais na construção e sustentação das rotinas, influenciadas pelos contextos socioeconômico e cultural. Apontou-se a sobrecarga das mães com as tarefas domésticas, de trabalho e cuidados com os filhos, assim como os riscos à saúde mental de adultos e crianças. O fortalecimento de vínculos, as oportunidades para os adultos acompanharem o desenvolvimento global de suas crianças e os ganhos na autonomia, independência e participação em tarefas domésticas, como o preparo de refeições, foram destacados.

Discutiui-se as mudanças relacionadas ao desempenho da ocupação escolar e ao papel de estudante, as influências prejudiciais da redução do contato social com pessoas da escola, os desafios das mães e pais no acúmulo de tarefas e a participação deles no desenvolvimento escolar de seus filhos.

Destacou-se a figura do professor enquanto principal fonte de informação identificada pela família e a família como principal apoio emocional.

Almeja-se que, enquanto pesquisadores das ocupações, terapeutas ocupacionais pautem-se no trabalho voltado às rotinas e contextos naturais, favorecendo a construção conjunta de sentido e propósito nas ocupações e descartando as rotinas padronizadas.

Sugere-se que estudos futuros busquem maior heterogeneidade dos participantes, como outros grupos etários e socioeconômicos, escolas públicas, e escuta da percepção das crianças enquanto protagonistas desse processo.

Referências

- American Occupational Therapy Association – AOTA. (2020). Occupational therapy practice framework: domain and process—fourth edition. *The American Journal of Occupational Therapy*, 74(Supl. 2), 1-87. <http://dx.doi.org/10.5014/ajot.2020.74s2001>.
- Associação Brasileira de Saúde Coletiva – ABRASCO. Centro Brasileiro de Estudos de Saúde – CEBES. Associação Brasileira Rede Unida – Rede Unida. Associação Brasileira de Economia em Saúde – AbrES. Associação Brasileira de Saúde Mental – ABRASME. Associação Brasileira de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora – ABRASSTT. Associação Brasileira de Enfermagem – ABEn.

- Sociedade Brasileira de Virologia – SBV. Sociedade Brasileira de Bioética – SBB. Conselho Nacional de Saúde – CNS. Sociedade Brasileira de Medicina Tropical – SBMT. Sociedade Brasileira para a Qualidade do Cuidado e Segurança do Paciente – SOBRASP. Rede de Médicas e Médicos Populares – RMMP. Associação Brasileira de Médicas e Médicos pela Democracia – ABMMD. Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade – SBMFC. (2020). *Plano nacional de enfrentamento à pandemia da covid-19. Frente pela vida*. Recuperado em 8 de fevereiro de 2023, de https://frentepelavida.org.br/uploads/documentos/PEP-COVID-19_v3_01_12_20.pdf
- Bakrania, S., Chávez, C., Ipince, A., Rocca, M., Oliver, S., Stansfield, C., & Subrahmanian, R. (2020). Impacts of pandemics and epidemics on child protection: lessons learned from a rapid review in the context of COVID-19. *Innocenti Working Papers*, 31, 1-74. <http://dx.doi.org/10.18356/13bd0279-en>.
- Center on Developing Child. (2020). *What is COVID-19? And how does it relate to child development?* Recuperado em 8 de janeiro de 2022, de <https://developingchild.harvard.edu/resources/what-is-covid-19-and-how-does-it-relate-to-child-development>
- Darlington, Y., & Rodger, S. (2006). Families and children's occupational performance. In S. Rodger & J. Ziviani (Eds.), *Occupational therapy with children: understanding children's occupations and enabling participation* (pp. 22-40). New York: Wiley-Blackwell.
- Davis, J., & Polatajko, H. (2006). Occupational development of children. In S. Rodger & J. Ziviani (Eds.), *Occupational therapy with children: understanding children's occupations and enabling participation* (pp. 136-157). New York: Wiley-Blackwell.
- DeGrace, B. W. (2003). Occupation-based and family-centered care: a challenge for current practice. *The American Journal of Occupational Therapy*, 57(3), 347-350.
- Dell'Aglio, D. D., & Machado, P. S. (2020). Cuidado, branquitude e interdependência: responsabilidades em tempos de isolamento social. *Revista Inter-Legere*, 3(28), 1-20.
- Dunford, C., & Bannigan, K. (2011). Children and young people's occupations, health and wellbeing: a research manifesto for developing the evidence base. *World Federation of Occupational Therapists Bulletin*, 64(1), 46-52.
- Dunst, C. J., Hamby, D., & Snyder, D. (2009). Preschool children's emerging participation in leisure and recreation activities. *World Leisure Journal*, 51(4), 219-228.
- Folha, D. R. S. C. (2019). *Perspectiva ocupacional da participação de crianças na educação infantil e implicações para a terapia ocupacional* (Tese de doutorado). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- Folha, D. R. S. C., & Della Barba, P. C. S. (2020). Produção de conhecimento sobre terapia ocupacional e ocupações infantis: uma revisão de literatura. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 28(1), 227-245.
- Folha, D. R. S. C., & Della Barba, P. C. S. (2021). Subsídios da perspectiva ocupacional para a abordagem ao desenvolvimento infantil. *Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional*, 5(4), 647-655.
- Geldsetzer, P. (2020). Use of rapid online surveys to assess people's perceptions during infectious disease outbreaks: a cross-sectional survey on COVID-19. *Journal of Medical Internet Research*, 22(4), 1-24.
- Graham, N., Truman, J., & Holgate, H. (2014). An exploratory study: expanding the concept of play for children with severe cerebral palsy. *British Journal of Occupational Therapy*, 77(7), 358-365.
- Hughes-Scholes, C. H., & Gavidia-Payne, S. (2016). Development of a routines-based early childhood intervention model. *Educar em Revista*, 32(59), 141-154.
- Insfran, F., & Muniz, A. G. C. R. (2020). Maternagem e Covid-19: desigualdade de gênero sendo reafirmada na pandemia. *Diversitates International Journal*, 12(2), 26-47.
- Law, M., Petrenchik, T., Ziviani, J., & King, G. (2006). Participation of children in school and community. In S. Rodger & J. Ziviani (Eds.), *Occupational therapy with children: understanding children's occupations and enabling participation* (pp. 67-90). New York: Wiley-Blackwell.
- Lawlor, M. C. (2003). The significance of being occupied: the social construction of childhood occupations. *The American Journal of Occupational Therapy*, 57(4), 424-434.
- Linhares, M. B. M., & Enumo, S. R. F. (2020). Reflexões baseadas na psicologia sobre efeitos da pandemia COVID-19 no desenvolvimento infantil. *Estudos de Psicologia*, 37, e200089.

- Macedo, S. (2020). Ser mulher trabalhadora e mãe no contexto da pandemia COVID-19: tecendo sentidos. *Revista do NUFEN*, 12(2), 187-204.
- Magalhães, L. (2013). Ocupação e atividade: tendências e tensões conceituais na literatura anglófona da terapia ocupacional e da ciência ocupacional. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 21(2), 255-263.
- Mandich, A., & Rodger, S. (2006). Doing, being and becoming: their importance for children. In S. Rodger & J. Ziviani (Eds.), *Occupational therapy with children: understanding children's occupations and enabling participation* (pp. 115-135). New York: Wiley-Blackwell.
- Manzini, E. J. (2020). *Análise de entrevista*. Marília: ABPEE.
- Martins, V., & Almeida, J. (2020). Educação em tempos de pandemia no Brasil: saberes-fazer escolares em exposição nas redes. *Revista Docência e Cibercultura*, 4(2), 215-224.
- Maximino, V., & Tedesco, S. (2016). Rotina, hábitos, cotidiano: no banal e no sutil, a trama da vida. In T. S. Matsukura & M. M. Salles (Orgs.), *Cotidiano, atividade humana e ocupação: perspectivas da terapia ocupacional no campo da saúde mental* (pp. 13-34). São Carlos: EdUFSCar.
- McWilliam, R. A., & Younggren, N. (2019). *Measure of engagement, independence, and social relationships (meisr(tm))*. Baltimore: Brookes Publishing Company.
- Mulligan, S. (2012). Preschool: I'm learning now! In S. J. Lane & A. C. Bundy (Eds.), *Kids can be kids: a childhood occupations approach* (pp. 63-82). Philadelphia: F.A. Davis Company.
- Núcleo Ciência pela Infância. (2020). *Repercussões da pandemia de COVID-19 no desenvolvimento infantil*. Recuperado em 8 de janeiro de 2022, de <https://ncpi.org.br/publicacoes/wp-pandemia/>
- Organisation for Economic Co-Operation and Development – OECD. (2020). *OECD policy responses to coronavirus (COVID-19)*. Recuperado em 8 de fevereiro de 2023, de https://www.oecd-ilibrary.org/social-issues-migration-health/oecd-policy-responses-to-coronavirus-covid-19_5b0fd8cd-en
- Organização Pan-Americana da Saúde – OPAS. Organização Mundial da Saúde – OMS. (2021). *Folha informativa sobre COVID-19*. Recuperado em 4 de janeiro de 2021, de <https://www.paho.org/pt/covid19>
- Prem, K., Liu, Y., Russell, T. W., Kucharski, A. J., Eggo, R. M., Davies, N., Jit, M., & Klepac, P. (2020). The effect of control strategies to reduce social mixing on outcomes of the COVID-19 epidemic in Wuhan, China: a modelling study. *The Lancet. Public Health*, 5(5), 261-270.
- Rits, D., O'Hare, G., & Burgess, M. (2020). *The hidden impact of COVID-19 on child protection and wellbeing*. Recuperado em 8 de janeiro de 2022, de https://resourcecentre.savethechildren.net/pdf/the_hidden_impact_of_covid-19_on_child_protection_and_wellbeing.pdf
- Rodger, S., & Ziviani, J. (2006). *Occupational therapy with children: understanding children's occupations and enabling participation*. New York: Wiley-Blackwell.
- Sempre Viva Organização Feminista. (2020). *Sem parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia*. Recuperado em 25 de janeiro de 2021, de <http://mulheresnapanademia.sof.org.br>
- Shepherd, J. (2012). Self-care: a primary occupation. In S. J. Lane & A. C. Bundy (Eds.), *Kids can be kids: a childhood occupations approach* (pp. 125-158). Philadelphia: F.A. Davis Company.
- Shonkoff, J. (2020, 6 de março). *Stress, resilience, and the role of science: responding to the coronavirus pandemic*. Recuperado em 8 de janeiro de 2022, de <https://developingchild.harvard.edu/stress-resilience-and-the-role-of-science-responding-to-the-coronavirus-pandemic>
- Silva Júnior, M. (2020). *Distanciamento social ou distanciamento físico? Qual a mensagem que queremos passar?* Recuperado em 8 de fevereiro de 2023, de https://www.emap.com.br/wp-content/uploads/2020/05/ABPMC-Comunidade-Distanciamento-social-ou-distanciamento-fisico_-qual-a-mensagem-que-queremos-passar-Mauro-Silva-Junior-1.pdf
- Silva, S. F. S., & Almeida, T. F. (2020). *Enciclopédia discursiva da COVID-19: distanciamento social*. Recuperado em 8 de janeiro de 2022, de <https://informasus.ufscar.br/distanciamento-social/>

- Tunes, E., & Prestes, Z. (2020). A criança pré-escolar e o ensino remoto. In F. F. N. Insfran, P. A. Prado, S. E. F. Faria, T. A. Ladeira & T. A. Sentineli (Orgs.), *Fraturas expostas pela pandemia: escritos e experiências em educação* (pp. 62-71). Campos dos Goytacazes: Encontrografia.
- United Nations International Children's Emergency Fund – UNICEF. (2020). *Protegendo as crianças mais vulneráveis do impacto do coronavírus: uma agenda de ação*. Recuperado em 8 de janeiro de 2022, de <https://www.unicef.org/brazil/protgendo-criancas-mais-vulneraveis-do-impacto-do-coronavirus-uma-agenda-de-acao>
- Winther, D. K., & Byrne, J. (2020, 7 de abril). *Rethinking screen-time in the time of COVID-19*. Recuperado em 8 de janeiro de 2022, de <https://www.unicef.org/globalinsight/stories/rethinking-screen-time-time-covid-19>
- World Health Organization – WHO. (2020a). *Q&As on COVID-19 and related health topics*. Recuperado em 20 de abril de 2020, de <https://www.who.int/news-room/q-a-detail/q-a-coronaviruses>
- World Health Organization – WHO. (2020b). *COVID-19 strategy update*. Recuperado em 8 de fevereiro de 2023, de <https://www.who.int/publications-detail/strategic-preparedness-and-response-plan-for-the-new-coronavirus>
- Ziviani, J., Desha, L., & Rodger, S. (2006). Children's occupational time use. In S. Rodger & J. Ziviani (Eds.), *Occupational therapy with children: understanding children's occupations and enabling participation* (pp. 91-112). New York: Wiley-Blackwell.

Contribuição das Autoras

Ana Cláudia Moron Betti foi responsável por estruturar e desenvolver o projeto de pesquisa que originou sua dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Débora Ribeiro da Silva Campos Folha auxiliou na concepção do objeto de estudo, na estruturação do projeto de pesquisa e nas análises dos resultados neste artigo. Patrícia Carla de Souza Della Barba participou desde a concepção do objeto de pesquisa até as análises dos dados, cumprindo a tarefa de orientação da pesquisa de mestrado que originou este artigo. Todas as autoras aprovaram a versão final do texto.

Fonte de Financiamento

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Autora para correspondência

Ana Cláudia Moron Betti
e-mail: anaclaudia.betti@gmail.com

Editora de seção

Profa. Dra. Tatiana Pontes